

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A ANÁLISE DE CONJUNTURA E AS DISPUTAS PELO BLOCO NO PODER DO ESTADO

A METHODOLOGY PROPOSAL FOR THE ANALYSIS OF PROFESSIONAL EDUCATION POLICIES: THE ANALYSIS OF CONJUNCTURE AND CONTENTIONS FOR THE POWER BLOC OF THE STATE

Lucas Barbosa Pelissari¹

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é o de propor alternativas metodológicas para a análise das políticas públicas de Educação Profissional, discutindo a questão conceitual das classes sociais e a categoria da dependência. A influência da luta de classes na definição das políticas é tomada a partir da compreensão da conjuntura como elemento analítico essencial, com auxílio do aporte teórico-metodológico da teoria política marxista. Trata-se, pois, de uma contribuição para o debate no campo dos estudos sobre trabalho e educação no Brasil. O caso da frente neodesenvolvimentista que governa o país desde 2003, reconfigurando o bloco no poder do Estado brasileiro, é analisado, ainda em uma primeira aproximação, no esforço de localizar a recente política de unificação da Educação Profissional no Brasil, o PRONATEC, nessa conjuntura.

Palavras-chave: Educação Profissional – Análise de Conjuntura – Bloco no Poder.

ABSTRACT

The main objective of this article is to propose methodological alternatives for the analysis of public policies of Professional Education, discussing the conceptual question of social classes and the category “dependence”. The influence of the classes struggle in the definition of the policies is taken from the understanding of the conjuncture as an essential element, with the aid of theoretical and

methodological support of Marxist political theory. It is, therefore, a contribution to the debate in the field of studies on work and education in Brazil. The case of the new-developmentist front that governs the country since 2003, reconfiguring the power bloc of the Brazilian state, is analyzed as a first approximation, in an effort to locate the recent Professional Education unification policy in Brazil, the PRONATEC, in this conjuncture.

Keywords: Professional Education – Analysis of Conjuncture – Power Bloc

INTRODUÇÃO: NOTAS SOBRE A CIÊNCIA POLÍTICA MARXISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os estudos críticos a respeito das políticas de Educação Profissional no Brasil, sobretudo aqueles baseados numa perspectiva teórico-metodológica marxista, possuem a tradição de compreender seus objetos de análise a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Frigotto, Ciavatta e Ramos, por exemplo, referências nas discussões políticas e acadêmicas a esse respeito, trazem contribuições importantes nesse sentido, procurando sempre, como afirmam em texto recente, analisar “a determinação fundamental subjacente à negação reiterada do direito à educação básica e profissional de qualidade à classe trabalhadora, na particularidade do projeto construído e mantido pela classe burguesa brasileira, de capitalismo dependente” (2014, p. 65)

Dialogando com essa perspectiva, pretendemos, neste artigo, propor alternativas metodológicas para a análise das políticas de Educação Profissional, discutindo a questão conceitual das classes sociais e a categoria da dependência. O objetivo é contribuir para o debate de maneira a evidenciar a centralidade da influência da luta de classes na definição das políticas citadas, assumindo duas questões – que estão inter-relacionadas – como essenciais: o aporte teórico da Teoria da Dependência latino-americana e a análise da conjuntura de uma formação social (no caso, a sociedade brasileira da última década e meia).

A referência principal está contida em Poulantzas (1977), que situa sua análise sobre o Estado capitalista no âmbito da ciência política marxista, mostrando como a problemática original do materialismo histórico contém conceitos que nos permitem compreender objetos reais-concretos da política em formações sociais específicas. Nesse sentido, as conjunturas francesa, inglesa, prussiana, russa, analisadas por Marx e Engels em um conjunto de obras políticas², compõem um arcabouço teórico – desenvolvido posteriormente por outros autores – fecundo para a análise das conjunturas atuais.

No entanto, no que diz respeito às formações sociais da América Latina, chamamos a atenção para a necessidade de enriquecer tais análises com as construções teóricas críticas genuinamente latino-americanas, região pouco analisada por Marx e Engels. Assim se justifica o destaque para as categorias da dependência e do par centro/periferia no que diz respeito ao capitalismo contemporâneo.

Poulantzas, em sua obra “Poder Político e Classes Sociais” (1977), trabalha conceitos fundamentais da teoria política marxista; como mostra Codato (2011), trata-se de uma obra que possibilitou a produção de um conceito genérico do Estado capitalista em geral, fundamentado, sobretudo, em duas ideias: a de “autonomia relativa” dos níveis estruturais numa formação social capitalista; e a de que o Estado, além de ser “a estrutura na qual se condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação social”, constitui o fator de coesão desses níveis. (POULANTZAS, 1977, p. 42-43)

No que diz respeito à conceituação de classe social na teoria marxista, o autor procura mostrar os limites das teses economicistas ou historicistas, que concebem a classe social, respectivamente, como uma determinação exclusivamente econômica ou com um estatuto teórico na questão comportamental do “sujeito”, seja ele um “grupo” social ou um agente do processo produtivo. Essas teses implicam na simples perspectiva dualista grupal, caracterizada por polos que variam de acordo com cada teoria: dominantes e dominados, exploradores e explorados, burguesia e operariado etc.

Em Poulantzas, ao contrário, as estruturas de uma formação social (política, econômica, ideológica), concebidas a partir de sua combinação

específica em cada modo de produção, produzem efeitos globais nas relações sociais (o “suporte” de uma formação social). Nesse processo, a classe social é o conceito que indica o lugar dos agentes-suporte, nas relações sociais, relativamente à estrutura. Sendo qualquer formação social concebida como a superposição de modos de produção e de estágios de desenvolvimento de um determinado modo de produção, o autor afirma que essa localização indicada pelo conceito de classe social origina

toda uma série de fenômenos (de fracionamento de classes, de dissolução de classes, de fusão de classes, em suma de sobredeterminação ou de subdeterminação de classes, de aparecimento de categorias específicas, etc.), que nem sempre podem ser localizadas pelo exame dos modos de produção puros que entram em combinação. (POULANTZAS, 1977, p. 70)

Classe social é, pois, um conceito que recobre o campo das relações sociais e não das estruturas econômicas; nem mesmo recobre o campo conceitual das estruturas em geral. Assim, no plano das relações sociais é produzida uma série de práticas (lutas) específicas de cada classe social. Dentre tais práticas, o papel da luta política é determinante, já que tem, nas relações sociais, estatuto análogo ao do político/Estatal no plano estrutural. (POULANTZAS, 1977)

Assim, a análise de uma conjuntura específica em uma formação social deve ter como centralidade a correlação de forças entre as classes e frações de classes sociais que se colocam em luta. Isso significa compreender a disputa de interesses específicos no seio do Estado e analisar como essa disputa se cristaliza no interior do “bloco no poder”³. Essas questões são determinantes, por exemplo, para a concepção, desenho e acompanhamento das políticas públicas dos mais diversos tipos.

No caso da Educação Profissional, a citação de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014) é emblemática: após retomarem o histórico recente das políticas brasileiras nesse âmbito e mostrarem avanços obtidos em favor da classe trabalhadora desde o ano de 2003, afirmam que

esse movimento a favor da educação dos trabalhadores realizou-se em um percurso controverso em função das relações de poder das classes sociais, como disputa de um projeto de educação

empresarial, marcado por conflitos e contradições. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2014, p. 66)

A partir do exposto até aqui, queremos mostrar que o aprofundamento da análise a respeito dos diversos interesses de classe envolvidos nesses conflitos deve tomar em conta a análise da conjuntura (política) brasileira no período. Com isso, apontamos novas possibilidades de análise da Educação Profissional no Brasil, que podem dar importantes sinais de como são construídas essas políticas públicas.

Quando se trata da instituição escolar e da formação de trabalhadores, os interesses conflituosos são evidentes, já que a questão é funcional ao desenvolvimento econômico da formação social capitalista e envolve elementos caros a todas as classes em disputa: tipos específicos de formação da mão de obra para as frações burguesas, maiores condições de obter um emprego na concorrência do mercado para quem trabalha, qualidade de educação para as classes médias e para os trabalhadores etc.

CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSE NA DISPUTA NO BLOCO NO PODER: O NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Distanciando-se da concepção dual que considera, em qualquer formação capitalista, a oposição estanque entre capital e trabalho, Boito Jr. (2011; 2012) mostra que a análise do neoliberalismo na região latino-americana deve levar em conta os conflitos entre classes e frações de classe no interior do Estado. Durante os anos 90, a orientação hegemônica dos governos latino-americanos e das frações das classes dominantes que tinham seus interesses contemplados pelas medidas desses governos deu-se no sentido de aprofundar o receituário neoliberal⁴. Contudo, a insatisfação popular e as divergências entre as frações burguesas, sobretudo industrial e bancária, acumuladas ao longo dessa década (BOITO JR., 2012; MARTUSCELLI, 2010), cristalizaram-se em coalizões políticas que se propuseram a questionar a cartilha da ortodoxia neoliberal e propor importantes reconfigurações nas fronteiras entre mercado e Estado, retomando responsabilidades estatais e recolocando na agenda política o fortalecimento das questões regionais e

nacionais. Trata-se de um período – que tem como marco a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 – de tentativa de quebra da hegemonia neoliberal na região.

Vale ressaltar, entretanto, que o condicionante de desigualdade e a dependência se mantêm como elementos estruturais da formação social latino-americana, mesmo nesse novo período histórico. Não se verificam decisivas transformações estruturais na região, mas, ao contrário, as novas configurações de forças impõem mudanças heterogêneas e ainda dentro da ordem político-econômica neoliberal. (BORÓN, 2008)

A Teoria da Dependência e suas diversas vertentes mostram como o capitalismo passa a forjar uma forma específica de dominação imperialista, dividindo o globo em centro dominante e periferia dominada. Florestan Fernandes analisa como o novo padrão de imperialismo surgido no pós-guerra com a polarização da Guerra Fria é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos e produz sua crítica da economia política do subdesenvolvimento centrado na dialética entre centro e periferia:

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. (FERNANDES, 2009, p. 34)

A debilidade política das burguesias nacionais da periferia, a influência do capital financeiro privado internacional e a atrofia da democracia burguesa, na qual até os resíduos de participação popular foram esmagados com o autoritarismo dos golpes militares, são elementos presentes na análise de Florestan e que tornam ainda mais complexas as análises das classes sociais e – por consequência – das conjunturas históricas na América Latina. Por isso, a construção de uma teoria da revolução latino-americana é, ainda, fruto de intensos debates entre a esquerda da região.

Nesse sentido, mesmo com as transformações recentes, permanecem vivas as ideias de que a) a luta anti-imperialista não caducou na

América Latina, de maneira que o nacionalismo crítico não perdeu o sentido com a globalização da economia; b) o desenvolvimento capitalista não é uma via de mão única ou segue um evolucionismo histórico inevitável; c) os interesses imperialistas estão internalizados nas nações dependentes, em relação dialética com a estrutura de classe dessas nações; d) é necessário articular economia e política para compreender a realidade dependente de países latino-americanos. (BOITO JR., 2011)

O imperialismo estadunidense ainda faz prevalecer sua hegemonia. Os elementos apontados por Ana Esther Ceceña para comprová-lo, em que pese estarem contidos em um texto de 2003, são ainda atuais: monopólio dos recursos naturais, das fontes de energia, das matérias primas reais e potenciais, geração de tecnologia de ponta para domínio militar e importação à periferia; domínio dos meios de comunicação; e capacidade de utilização de um exército de trabalhadores ilimitado e diverso em termos histórico-culturais, sendo uma questão cada vez mais decisiva o aumento da mobilidade da força de trabalho.

Observa-se, pois, que há uma especificidade do modelo capitalista de acumulação neoliberal quando estamos analisando a América Latina: a tentativa de restaurar o poder de classe se dá, no caso da burguesia do centro do capital, em aliança com as burguesias locais da periferia, que servem, por seu caráter débil e associado, como uma espécie de correia de transmissão da corrida por aumentar as taxas de lucro. Por isso, prevalecem a hegemonia do capital financeiro, a retirada de direitos sociais, a remessa para o centro da mais-valia gerada na periferia, os acordos com os organismos internacionais como FMI e Banco Mundial etc.

Recorremos, então, à explicação de Boito Jr. (2011) a respeito das contradições entre as frações burguesas. O autor explica que

A resistência ao modelo neoliberal pode vir não apenas dos trabalhadores, interessados em, pelo menos, recolocar limites ao poder burguês e reiniciar um processo de redistribuição da renda, como também das burguesias internas latino-americanas (...). É certo que a resistência dos trabalhadores e a resistência burguesa ao neoliberalismo possuem natureza e objetivos distintos, mas ambas são reais. (BOITO JR., 2011, p. 131)

Longe de estar morto, o desenvolvimentismo, como tentativa moderada de enfrentamento à ortodoxia neoliberal, não só ainda existe no subcontinente, como é a ideologia econômica que domina o cenário brasileiro e cuja base social são as burguesias internas dos países latino-americanos.

No Brasil, os governos Lula (e podemos com segurança acrescentar: o primeiro governo Dilma) se sustentaram numa ampla coalizão de forças políticas que possui como sustentáculo a burguesia interna brasileira, uma fração de classe, que, nos países dependentes, ocupa uma posição intermediária entre “a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo nesses países” (BOITO JR., 2012, p. 67)⁵. Assim, essa fração de classe busca, ao mesmo tempo, associar-se ao imperialismo e limitar sua expansão no interior do país, com sustentação política de alguma frente de coalizão.

Nesse caso, o projeto econômico que expressa a relação de representação política entre o governo e a burguesia interna é o que o autor denomina *frente neodesenvolvimentista*. Trata-se de um projeto que possui três diferenças significativas em relação ao desenvolvimentismo do período de 1930-1980 no Brasil: índices mais modestos de crescimento econômico; aceitação da especialização regressiva, concentrando-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários e de recursos naturais e focando a indústria de transformação nos segmentos de baixa densidade tecnológica (construção civil, siderurgia e mineração); e centralidade na exportação. São, pois, mudanças integralmente interessantes à burguesia interna e, o que é mais importante: é o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.” (BOITO JR., 2012, p. 69)

Por isso, é possível afirmar que, ao menos até 2014, não é um bloco hegemônico burguês que se situa na oposição ao governo petista no Brasil e tampouco uma coalizão classista ou fundamentalmente popular que constitui a frente que governa o país. Seguindo a análise do mesmo autor, a frente neodesenvolvimentista em questão, que ocupa o bloco no poder, é dirigida pela grande burguesia interna brasileira – o que significa que essa fração é hegemônica nessa correlação de forças. Porém, a frente não resultou fundamentalmente dessa fração de classe, mas sim da luta do movimento

sindical e popular, dadas as origens do Partido dos Trabalhadores e as insatisfações populares com o neoliberalismo levado a cabo pelo PSDB durante a década de 90. Trata-se, pois, de uma aliança contraditória: por um lado, as frações de classe populares – trabalhadores desorganizados, movimento sindical e movimento popular – são a força principal da frente e é nelas que o governo pôde se apoiar e obter expressivos resultados eleitorais; por outro, a grande burguesia interna – composta pelas indústrias da construção naval, civil, pesada, parte da indústria de transformação, agronegócio e grandes bancos privados nacionais – logra posição de hegemonia no bloco no poder ao ser a força dirigente da frente.

A unidade é instável⁶ e garantida através de medidas protetoras do Estado brasileiro para melhorar a posição que ocupa no capitalismo dependente, sobretudo com a política de facilitação de crédito via BNDES. O mais importante é que a disputa dos interesses da burguesia interna com o grande capital internacional e as frações de classe a ele diretamente associadas é a contradição principal que moveu, até 2014, a luta dessas frações burguesas. Há contradições profundas no interior da frente neodesenvolvimentista e mesmo no interior da grande burguesia interna, mas elas são tratadas, por essas frações, como secundárias. (BOITO JR., 2012)

Para nós, interessa sobremaneira a posição de um setor importante da grande burguesia interna que é a indústria nacional. A pauta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as duas maiores entidades representativas desse setor, foi prontamente atendida pelo Executivo durante os dois governos Lula. A indicação de Guido Mantega, representando uma suposta linha menos monetarista que Palocci, para o Ministério da Fazenda, apoiado pela FIESP, além de diversas outras indicações empíricas apontadas por Boito Jr. (2012), mostram a influência da indústria nas decisões do governo. O segundo mandato de Lula é concluído com o desenho de um novo programa para a Educação Profissional e Técnica praticamente acabado: era o PRONATEC, iniciado logo em 2011 na primeira gestão de Dilma.

O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO (PRONATEC) COMO RESULTADO DA ERA NEODESENVOLVIMENTISTA

Os apontamentos que aqui apresentamos não esgotam a análise das políticas de Educação Profissional no Brasil a partir do ponto de vista proposto nas linhas anteriores. Antes, são contribuições para os estudos no campo das relações entre trabalho e educação, tentando encontrar, em um aporte teórico-metodológico pouco utilizado, um terreno fértil para as investigações nesse âmbito. A primeira observação é metodológica, no que diz respeito à forma de cotejar o conteúdo das políticas públicas com as disputas de poder no seio do Estado. Boito Jr. (2012) nos dá pistas para tal, ao mostrar que uma análise do bloco no poder vigente no capitalismo neoliberal brasileiro exige estabelecer quais são os segmentos econômicos organizados como frações de classe burguesa e, por outro lado, comparar as demandas desses setores com as medidas do governo: “Tal procedimento poderia nos dar um perfil claro do bloco no poder e de sua fração hegemônica.” (p. 74)

A observação é pertinente para o caso específico das políticas de Educação Profissional. Não se trata de um procedimento simples, já que, nesse âmbito, as demandas desses grupos estão contidas, nas pautas de reivindicações de suas “entidades representativas”, em intersecções entre os campos da educação, do trabalho e do desenvolvimento econômico e social. É necessário, ainda, que se delimite o que se compreende por “entidades representativas”, esforço que pode encontrar contribuições importantes nos próprios estudos de Poulantzas (1977) a respeito dos conceitos de luta política e luta econômica de classes, ação aberta e declarada de uma classe e organização de classe.

Para nós, é claro que as federações e confederações que reúnem representantes de frações burguesas – como a FIESP e a CNI já citadas, além da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN, Câmara da Indústria da Construção Civil, CBIC, Sistema S, entre outras – são entidades importantes que possuem um conjunto de pautas propositivas para a educação. No que diz respeito às classes populares, os movimentos sociais e o movimento sindical possuem

também suas formulações e reivindicações próprias no que diz respeito à Educação Profissional e travam as disputas que lhe são possíveis na formulação das políticas. A questão para a qual chamamos atenção é a necessidade de se comparar todas essas reivindicações com o conteúdo das políticas em curso propostas pelo Estado brasileiro.

No que diz respeito às atuais políticas de Educação Profissional, o “percurso histórico controvertido” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005) que as caracterizou desde o início do primeiro governo Lula no Brasil, em 2003, parece acompanhar as contradições presentes no seio do bloco no poder. Obviamente, não se trata de um movimento de ação/reflexão, através do qual as políticas são “geradas” mecanicamente segundo algum tipo de “desenho” de perde-ganha entre as forças que disputam o bloco; a própria caracterização da conjuntura que expusemos anteriormente possui suas inúmeras contradições e reconfigurações, de modo a, por exemplo, não excluir por completo as frações burguesas diretamente ligadas ao capital financeiro da frente neodesenvolvimentista ou possibilitar aproximações da burguesia interna com a frente de oposição. O que apontamos aqui são, antes, características gerais que podem ser também encontradas no conjunto das políticas públicas que tocam na questão nevrálgica da formação da classe trabalhadora.

O que podemos afirmar inicialmente é que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), iniciado no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2011, parece sintetizar os anseios de setores da grande burguesia interna brasileira. O PRONATEC tem o objetivo central de “ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica”, expandindo, interiorizando e democratizando a oferta, em relação com as demais políticas de distribuição de renda no país. (BRASIL, 2011) Com aumento gradativo no número de novas vagas abertas anualmente, a meta do programa foi ofertar mais de 7.900.000 vagas na Educação Profissional Técnica até 2014, considerando-se tanto os cursos técnicos quanto os de formação inicial e continuada. Para a segunda etapa, preveem-se mais quatro milhões de vagas, totalizando uma meta de quase doze milhões nos oito anos de vigência do programa (2011-2018).

O que chama a atenção é a distribuição das matrículas segundo a esfera administrativa. Nossas estimativas são de que o Sistema S (sobretudo

SENAI, SENAC, SENAT e SENAR) é responsável por 70% da expansão. O restante é dividido em 14% para a expansão da Rede Federal (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), 6% para escolas públicas estaduais, 5% para instituições municipais e 5% escolas técnicas e IES privadas.⁷ Em relação aos recursos investidos no PRONATEC, a previsão de gastos do governo até 2014 foi de 14 bilhões de reais. (BRASIL, 2013; 2015)

Como o programa prevê a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo numa parceria entre governo e Sistema S, trata-se de um aporte direto de recursos públicos para entidades sindicais administradas e organizadas para formar a mão de obra de setores específicos da grande burguesia interna. O Sistema S é historicamente um sistema de formação técnica criado pela indústria e comércio nacional na década de 40, durante o primeiro surto desenvolvimentista do país.

O caráter da formação ofertada hegemonicamente pelo PRONATEC também é facilmente verificada já na oferta nacional: do total das matrículas previstas na primeira etapa do programa, 29,7% delas concentram-se em currículos de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – ETPN (nas modalidades concomitante, integrado ou subsequente) e 70,3% em cursos de formação inicial e continuada, que possuem carga horária reduzida (60 a 300 horas) e são fundamentados no treinamento direto para o mercado de trabalho. (BRASIL, 2013) Além disso, internamente à ETPN, a oferta mediante currículo integrado, reivindicação histórica das classes populares e fundamentado na perspectiva politécnica de educação, não é predominante: o crescimento nacional foi de 15% entre 2011 e 2012 e 13% entre 2012 e 2013, totalizando 338.390 matrículas (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2014), o que representa pouco mais de 20% do total de matrículas da Educação Profissional.

Por outro lado, a expansão prevista é equivalente ao crescimento da Educação Profissional no Brasil durante pelo menos seis décadas anteriores a 2011, o que reflete as reivindicações dos setores populares e frações de classes organizadas que disputaram o poder do Estado durante os governos Lula e o primeiro governo Dilma. A aprovação do Decreto nº 5154/2004, que possibilitou o currículo integrado e rompeu com a cisão obrigatória entre ciência e técnica, entre educação propedêutica e educação para o trabalho, que

orientava a política de Educação Profissional no Brasil desde pelo menos 1997, também foi um avanço significativo e um compromisso de candidatura assumido por Lula no seio das contradições da frente neodesenvolvimentista.

Enfim, as comparações entre, de um lado, disputas de classe e frações de classe pela hegemonia do bloco no poder de Estado e, de outro, “controvérsias” no percurso das políticas de Educação Profissional no Brasil são inevitáveis e constituem o centro do percurso analítico proposto neste trabalho. É necessário dispor de um conjunto de dados maior do que o que dispomos até aqui para afirmar a natureza do PRONATEC como um programa típico da correlação de forças que regeu a política brasileira nesse período.

CONCLUSÕES

Os elementos apresentados nos limites deste artigo são ainda iniciais e servem como primeiras aproximações para uma pesquisa em fase de maturação. Como já explicitamos, o corpo teórico que procuramos aqui desenhar, com aportes da Ciência Política e da Sociologia, nos permite uma visão de totalidade histórico-estrutural da conjuntura política que caracteriza o Brasil atualmente. Trata-se, assim, de um esforço interdisciplinar que contribui tanto para uma investigação das políticas de Educação Profissional no Brasil quanto para um aprofundamento da análise da conjuntura do país.

O principal esforço consiste em, como destacamos, analisar as demandas das frações de classe que compõem essa correlação de forças e cotejar com o desenho das políticas de Educação Profissional brasileiras, unificadas atualmente no PRONATEC. A distribuição dos cursos nas regiões do país, os cursos ofertados por setor da economia e a avaliação da implementação do programa em termos de incorporação da mão de obra por esses setores são questões que devem ser tomadas em conta nesse esforço analítico, de modo a comprovar a tese de que o PRONATEC representa interesses em disputa no seio no bloco no poder do Estado brasileiro, hegemonizado pela fração interna da burguesia brasileira pelo menos na década compreendida entre 2003 e 2013.

As análises nesse sentido que buscam comparar realidades latino-americanas também podem fornecer importantes indicativos, recebendo aportes de produções acadêmicas da Ciência Política que aprofundam a conjuntura internacional e as disputas de poder na América Latina.

Finalmente, como mostram Marx e Engels em seus diversos estudos políticos de conjunturas específicas, a dominância de uma classe social não pode ser verificada por aspectos puramente econômicos ou puramente políticos. Ou seja, uma política pública não é mero resultado da prevalência econômica de determinada matriz de desenvolvimento ou de determinada correlação de forças políticas, tampouco implicação direta do comportamento-ação de sujeitos abstratos. Ao contrário, como mostra Poulantzas (1977):

Em particular em uma formação capitalista (...) podemos ver nitidamente a distinção entre o *poder econômico*, o *poder político*, o *poder ideológico* etc., consoante a capacidade de uma classe para realizar os seus interesses relativamente autônomos em cada nível. Em outras palavras, as relações de poder não se situam unicamente ao nível político, da mesma maneira que os interesses de classe não se situam unicamente ao nível econômico. As relações entre estes diversos poderes (...) referem-se à articulação entre as diversas práticas – interesses – de classe que refletem, de um modo defasado, a articulação das diversas estruturas de uma formação social (...). (POULANTZAS, 1977, p. 109)

A educação e, no caso em análise, o Ensino Médio e a Educação Profissional seguem sendo elementos de disputa. Desatar o “nó do ensino médio”, como afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014), é uma tarefa cumprida ao nível da luta de classes, de modo que a análise dos avanços e retrocessos nesse sentido não deve estar centrada unicamente na aparência das transformações legislativas, mas nas disputas que caracterizam a instituição organizadora por excelência do poder político: o Estado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO JR., Armando. A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a sua inserção no quadro político da América Latina. In: ALIANGA, L.; AMORIM, H.;

MARCELINO, P. (orgs.) **Marxismo**: teoria, história e política. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BORÓN, Atílio. **Socialismo siglo XXI** ¿Hay vida después del neoliberalismo? Buenos Aires: Luxemburg, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse estatística da educação básica, 2014**. Brasília, 2015. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 18/04/2015.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Pronatec**: novas oportunidades de acesso ao Ensino Técnico e Profissional. Brasília, 2013. Disponível: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=124221&tp=1>>. Acesso em: 14/03/2015.

CECEÑA, Ana Esther. América Latina en la geopolítica del poder. In: **Alternatives Sud**: Les dessous de l'ALCA. Paris, v. X, p. 35-54, 2003.

CODATO, Adriano. Poulantzas 1, 2 e 3. In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A política educacional do governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e sociedade**: revista de ciência da educação. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1114, 2005.

_____. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal**: marxismo e educação em debate. Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A burguesia mundial em questão. In: **Crítica marxista**. Campinas, n. 30, p. 29-48, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

¹ Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). lucasbpelissari@hotmail.com.

² Principais obras de Marx: *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* (1850), *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte* (1852), *Grundrisse: fundamentos da crítica da economia política* (1857), *A guerra civil na França* (1871), *Carta a Friedrich Bolte* (1871), *Crítica do programa de Gotha* (1875). Principais obras de Engels: *As guerras camponesas na Alemanha* (1850), *Para a questão da habitação* (1873), *Anti-Duhring* (1878). Ver também recente publicação da Boitempo Editorial que reúne textos de Marx e Engels a respeito da Rússia, escritos entre 1875 e 1894: *Lutas de classe na Rússia* (2013).

³ Em Poulantzas, esse conceito é utilizado para descrever a especificidade da coexistência entre as diversas classes e frações de classes nas formações sociais capitalistas. Segundo o autor, pode-se estabelecer, “nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito de bloco no poder.” (1977, p. 224)

⁴ Boito Jr. (2011) considera o neoliberalismo como um modelo de acumulação e dominação capitalista que é o resultado da ação da burguesia para restaurar seu poder e a rentabilidade do capital. As concessões feitas pelas burguesias durante o pós-guerra, tanto no Estado de bem-estar social, quanto no modelo desenvolvimentista da América Latina, introduziram limitações ao seu poder de classe, limitações estas que o neoliberalismo procurou neutralizar.

⁵ O conceito é trazido de Poulantzas (1975).

⁶ Não é objetivo do presente trabalho aprofundar esse tema, mas vale destacar que a frente neodesenvolvimentista vive atualmente uma conjuntura de forte instabilidade interna, com reconfiguração das forças que a compõem e construção de novas relações com setores do capital financeiro, que não compunham a frente objetivamente.

⁷ Os dados referem-se à primeira etapa do PRONATEC – 2011-2014. Para o PRONATEC 2, não é possível estimar essas proporções, visto que elas dependem da adesão das escolas em todo o país e da aceitação pelo governo mediante processo de seleção.

RECEBIDO EM: Abril de 2015

APROVADO EM: Julho de 2015